

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Projetos à vista	2
Título: Às vésperas da primeira batalha	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Cifras & Letras	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Relógio deve ser adiantado em 1 hora em 10 Estados e DF	7
Título: Novo governo, novas ideias e novos avanços	8
Título: 'A Amazônia com certeza corre risco'	10
Título: Plano vai trazer tributação seletiva	12
Título: Brasil é campeão em número de estatais entre economias mais desenvolvidas	13
Título: No Brasil, venda de estatais vira saída para fechar contas	14

VEÍCULO: O Globo**Data: 03/11/2018****Seção:****Autor:****Título: Projetos à vista**

Novo governo receberá pacote de concessões que prevê R\$ 150 bi em investimentos

BRASÍLIA- A equipe do presidente eleito, Jair Bolsonaro, receberá das mãos do governo Michel Temer um programa de concessões e privatizações com uma série de projetos prontos ou em estudo para serem concluídos em 2019. São mais de R\$ 150 bilhões em investimentos que podem ser destravados com 87 projetos, caso o novo governo decida continuar com os processos. Os dados são do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), braço do atual governo para o relacionamento com o setor privado.

O futuro superministro da Economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, sempre defendeu a redução do Estado, as privatizações e a entrada de investimentos privados na infraestrutura. A venda de estatais é defendida por ele para reduzir o rombo das contas públicas.

Os maiores investimentos previstos no pacote que será herdado pelo novo governo seriam feitos em rodovias (R\$ 64 bilhões), seguidas de ferrovias (R\$ 31 bilhões) e energia elétrica (R\$ 21,5 bilhões). As concessões de aeroportos significariam aportes de R\$ 3,5 bilhões; a dos portos, mais R\$ 3,1 bilhões; e a Parceria Público-Privada do Comando Militar Aéreo significaria outros R\$ 3,5 bilhões, além de outros segmentos com investimento de porte menor.

Entre os projetos de infra-estrutura que já estão engatilhados, a concessão de 12 aeroportos é a mais adiantada. O leilão já recebeu aval do Tribunal de Contas da União (TCU), faltando apenas marcar a data para a disputa. São terminais no Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, divididos em blocos. Entre eles estão os aeroportos de Macaé, Vitória, Recife, João Pessoa, Campina Grande, Aracaju, Maceió e Cuiabá. A licitação deve ser agendada para o primeiro trimestre.

INTERESSE DO SETOR PRIVADO

Segundo uma fonte a par das discussões, há pelo menos 11 operadores aeroportuários estrangeiros de olho nessa nova rodada. O prazo das concessões é de 30 anos. Quem arrematar os terminais terá de desembolsar 50% dos valores à vista e o restante ao longo do contrato, em montante proporcional à

receita obtida com a administração dos terminais. Vencerá a disputa quem oferecer o maior lance. O investimento inicial no conjunto está estimado em pouco mais de R\$ 2 bilhões.

O governo Michel Temer vai deixar pronta a concessão do trecho da Ferrovia Norte-Sul entre Estrela d'Oeste (SP) e Porto Nacional (TO). A transferência para a iniciativa privada da operação da ferrovia está em estudo desde 2016, mas sofreu uma série de entraves durante o processo, que só deve ser concluído no ano que vem. Se houver interessados, o governo arrecadará cerca de R\$ 1 bilhão, dinheiro que ajudará a reforçar os cofres públicos em 2019.

O advogado Pablo Sorj, especialista em infraestrutura e financiamento de projetos do escritório Mattos Filho, avalia que há muito interesse nos leilões da Norte-Sul e dos aeroportos. Para ele, há um excesso de liquidez (oferta de recursos dados os juros baixos) no mundo, e o Brasil tem tudo para atrair esses investimentos:

— O desafio é colocar de pé estudos bem feitos, fazer um processo organizado, trazer investidores estrangeiros e trazer o setor privado para o financiamento. É preciso manter a infraestrutura com quadros técnicos, preparados, sem loteamento político.

Também está na fila a renovação antecipada do contrato de concessão da Malha Paulista, ferrovia administrada pela Rumo. A empresa terá o tempo de concessão ampliado em troca de mais investimentos. Além dos aeroportos e das ferrovias, devem ser publicados em dezembro os editais para concessão dos direitos minerários e de dez terminais portuários.

AGENDA DE CONTINUIDADE

A carteira que ficará de herança tem, ainda, rodovias, como a concessão da BR-153 em Goiás e Tocantins, um trecho que foi leiloado no governo de Dilma Rousseff e retomado por falta de investimento. O PPI pretende deixar prontos os estudos técnicos, econômicos e ambientais para o trecho a ser novamente oferecido à iniciativa privada.

O governo Bolsonaro terá de decidir, ainda, se mantém as rodadas de leilões de petróleo marcadas para 2019. São duas: uma do pré-sal e outra fora dessa camada. Temer retomou as licitações de petróleo durante o seu mandato, arrecadando R\$ 28 bilhões.

O secretário especial do PPI, Adalberto Vasconcellos, defende a permanência do programa, e afirma que o cronograma já previa que parte dos leilões só ocorresse no próximo governo.

— O PPI é um órgão de Estado, técnico. Alguns projetos não eram para esse governo. É importante ter uma agenda de continuidade — disse Vasconcellos.

— A única coisa que te dá resposta rápida é investimento, que traz renda e empregabilidade.

Desde que foi criado, no início do governo Temer, o PPI já leiloou 105 projetos, que, juntos, têm previsão de investimentos de R\$ 228 bilhões. Os leilões somaram R\$ 46,4 bilhões de arrecadação para os cofres da União, a maior parte deles nos setores de petróleo e na venda de hidrelétricas.

Para Fernando Villela, sócio da área de infraestrutura do Siqueira Castro Advogados, o novo governo tem viés liberal na economia, o que favorece o interesse dos investidores nacionais e estrangeiros.

— Os projetos previstos para 2019, como aeroportos e Norte-Sul, vão sair. O trabalho tem sido bem feito, estruturado. Projetos e privatizações do zero vão levar mais tempo, em razão dos esforços de reestruturação da máquina pública —disse Villela.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/10/2018

Seção: Sociedade

Autor: Paula Ferreira

Título: Às vésperas da primeira batalha

No primeiro dia do horário de verão, mais de 5 milhões de estudantes farão o Enem

Amanhã começa a primeira batalha de 5,5 milhões de candidatos por uma vaga na universidade. Às 13h (horário de Brasília) serão fechados os portões para a aplicação das primeiras provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). No dia 11, os estudantes farão a segunda parte da avaliação. Em meio à expectativa, é preciso estar atento à mudança dos relógios para o horário de verão. Os ponteiros serão adiantados em uma hora à 0h de hoje para amanhã.

A dica para o dia da prova é que os candidatos não acordem muito tarde —um bom horário seria por volta de 9h30 (horário de Brasília) — e saiam de casa com antecedência para evitar transtornos. Com a mudança por causa do horário de verão, é bom ter outras formas de saber a hora certa além do smartphone, com relógios mecânicos, por exemplo.

— É normal que os estudantes fiquem nervosos. Muitas pessoas se preparam o ano inteiro para isso. O que não pode acontecer é o nervosismo tomar conta e

prejudicar a noite de sono — ressalta Felliipe Rossi, vice-diretor acadêmico do Colégio e Curso de A a Z.

Os especialistas recomendam que o dia de hoje seja usado para descansar. Segundo professores, não é indicado que os estudantes vejam conteúdos novos na véspera da prova.

— Nada de assunto novo! É mais importante descansar, porque é uma prova exigente fisicamente, a grande recomendação é essa. Se estiverem muito ansiosos, revisem algo muito simples, como um resumo—sugere Rossi.

Na prova de amanhã, os estudantes resolverão questões de Linguagens e Ciências Humanas e farão uma redação durante cinco horas e 30 minutos. No outro domingo, é a vez das provas de Ciências da Natureza e Matemática, quando os estudantes terão cinco horas para resolver as questões.

O GLOBO reuniu no quadro abaixo as principais dicas para reduzir ao máximo a chance de que algo saia errado neste dia tão importante.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/10/2018

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona - Do Rio

Título: Cifras & Letras

Livro conta história de ação bilionária contra Petrobras

Defensor de acionistas discute caso que levou a acordo de US\$ 2,95 bilhões

Em "A Maior Ação do Mundo", o advogado André de Almeida conta a história da ação coletiva aberta na Justiça dos Estados Unidos para pedir indenização a investidores que perderam dinheiro com papéis da Petrobras após a descoberta do esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato.

O título superlativo faz jus ao tom da narrativa de Almeida: lançando mão de várias citações — de Buda a Steve Jobs, passando pelo apóstolo Paulo e por Winston Churchiu —, o autor narra a história como uma epopeia pessoal em luta contra a corrupção e em defesa dos investidores no mercado acionário.

O processo contra a Petrobras foi iniciado em dezembro de 2014 e concluído em janeiro, com acordo que custou à estatal US\$ 2,95 bilhões (R\$ 10 bilhões ao câmbio da época). Foi o quinto maior acordo em ação coletiva envolvendo perdas com ações da história. O maior, feito pela americana Enron dez anos antes, movimentou US\$ 7,22 bilhões.

Almeida conta que a ideia de processar a Petrobras surgiu após leitura da colaboração premiada de Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras que foi o primeiro a confessar participação no esquema. "A ideia era mostrar que existem limites para a corrupção desenfreada", especialmente quando seus efeitos transbordam para além do cenário nacional", escreve.

Mesclando relatos autobiográficos e informações técnicas sobre regulação do mercado de capitais, o advogado fala das dificuldades para convencer investidores brasileiros a aderir ao processo e rebater críticas de que a ação promoveria a transferência de recursos do Brasil para acionistas estrangeiros.

A ação beneficiou apenas investidores que compraram títulos da Petrobras na Bolsa de Nova York. Os que compraram ações no Brasil, além de não receberem, tiveram de arcar com o ônus econômico do pagamento da indenização.

Almeida diz que as críticas são fruto de má-fé ou de "interesses inconfessáveis" e deveriam ser direcionadas a quem cometeu os crimes.

Em 2018, após o encerramento do processo, seu escritório divulgou nota dizendo que o acordo "representou um divisor de águas na proteção da ética empresarial brasileira e, efetivamente, ajudou a salvar a Petrobras".

No livro, ele reforça a discussão sobre as fragilidades da lei brasileira em relação à proteção de investidores. Após a ação americana, investidores procuraram a Justiça na Holanda e na Argentina para também tentar ressarcimento pelas perdas no período.

No ordenamento jurídico brasileiro, não existe instituto equivalente ao que os americanos chamam de class action (ação coletiva), tampouco o conceito de classe, segundo o qual um grupo com característica semelhante é beneficiado em processo iniciado por um de seus representantes.

Além disso, o debate sobre a responsabilidade da empresa na divulgação de informações ao mercado ainda é incipiente — um dos pontos fundamentais da ação americana era a acusação de que a Petrobras adulterou informações prestadas aos investidores, omitindo efeitos da corrupção.

Em parceria com uma associação de minoritários brasileiros, Almeida iniciou uma ação civil pública, mas o pedido foi rejeitado em julho pela juíza Lúcia Caninéo Campanhã, da 6ª Vara Cível de São Paulo, sob a alegação de que o estatuto da Petrobras prevê a solução de controvérsias via arbitragem.

Os autores da ação recorreram pedindo reconsideração do pedido, mas Almeida admite não poder afirmar que o resultado do pleito de investidores que compraram ações em São Paulo será o mesmo.

"Diante do acordo fechado nos Estados Unidos, a indenização dos investidores brasileiros também deve ocorrer, por uma questão básica de justiça e equidade. Os fatos que serviram de base para o acordo no exterior são exatamente iguais aos que afetaram investidores no mercado de capitais no Brasil", defende.

Ciclista de competição durante a juventude e com passagens pela Organização dos Estados Americanos e pela Federação Interamericana de Advogados antes de abrir seu escritório no Brasil, Almeida termina seu relato com um apelo contra a corrupção e críticas à esquerda "populista e corrupta, com viés claramente autoritário".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/10/2018

Seção: Metrópole

Autor: Ana Paula Niederauer

Título: Relógio deve ser adiantado em 1 hora em 10 Estados e DF

Horário de verão começa na madrugada de amanhã. Estudantes devem ficar atentos para limite de entrada no Enem

Começa na madrugada de amanhã o horário de verão, quando, à meia-noite, os relógios deverão ser adiantados em uma hora. A mudança vale para os Estados do Sul, Sudeste, Centro-Oeste e para o Distrito Federal. Neles, com a exceção de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, os portões dos locais de aplicação da prova do Enem serão fechados às 13 horas, horário de Brasília – o exame começa a ser aplicado 30 minutos depois.

Para os estudantes residentes na Região Nordeste, além dos que moram em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Amapá e Tocantins, os portões serão fechados às 12 horas, horário local. No Amazonas, Rondônia e Roraima, só será permitida a entrada de estudantes nos locais de prova até as 11 horas.

No Acre, o limite é às 10 horas. O início do horário de verão chegou a ser motivo de um impasse no governo federal, que já havia adiado seu início em razão do segundo turno das eleições. Para a realização do Enem, a Presidência cogitou realizar nova alteração, o que acabou descartado.

O horário segue vigente até a madrugada de 16 de fevereiro de 2019, quando os relógios deverão ser atrasados em uma hora.

Preparação.

Os coordenadores de cursinhos pré-vestibular indicam descanso para o aluno tentar driblar os efeitos do horário de verão. Os candidatos têm de ficar atentos

para não chegarem atrasados. O coordenador do Anglo Vestibulares, Daniel Perry, afirmou que dormir uma hora mais cedo hoje pode ser uma estratégia para que o candidato não tenha sono na hora da prova.

“Visitar com antecedência o local de prova também ajuda a tranquilizar o aluno antes do exame”, disse Perry. O professor de História da plataforma Descomplica, Renato Pellizzari, acredita que a noite que antecede o Enem é bem difícil para o candidato que vai realizar a prova.

“O aluno fica ansioso e às vezes perde o sono. Mas descansar, tentar dormir mais cedo, ter uma boa alimentação e ficar de olho no relógio são dicas importantes para o candidato”, explica Pellizzari. O coordenador de Química do cursinho Etapa, João Pitoscio, afirmou ser uma boa dica ajustar o relógio biológico previamente.

“O candidato pode dormir um pouco mais cedo para o organismo se acostumar com o novo horário de verão.” Os irmãos gêmeos Guilherme e Tiago Gomes de Almeida Araújo, de 18 anos, estudantes do Objetivo, acreditam que o início do horário de verão é prejudicial porque vão perder uma hora de sono justamente no dia da prova do Enem.

“Uma hora a menos de descanso pode prejudicar. Vamos tentar dormir mais cedo”, dizem os irmãos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/10/2018

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Novo governo, novas ideias e novos avanços

O Brasil elegeu um novo governo, renovando as esperanças de novas ideias e novos avanços. Temos sido paternalistas com o investimento privado, em razão da instabilidade regulatória, da insegurança jurídica e de um alto grau de intervenção do Estado na economia. Por isso, os investidores não entram no País sem garantias, transferindo o risco para o Estado.

Não pode nem deve ser assim. No setor de energia, é preciso que as políticas públicas, a legislação e as regulações tenham como norte estabilidade regulatória e segurança jurídica. As metas devem ser evitar a concentração de mercado, promover a concorrência e a competitividade, aumentar a eficiência e a produtividade e, assim, reduzir preços e tarifas, tendo como beneficiário final o consumidor.

O sucesso das rodadas de licitação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mostra a importância de uma agenda plurianual de leilões, garantindo a previsibilidade, bem como avançar com o leilão do excedente da cessão onerosa. É importante também fazer uma avaliação ambiental prévia dos blocos ofertados e reduzir os royalties de campos maduros e localizados em terra ou em águas rasas, estimulando sua produção.

A recuperação da Petrobrás depende da continuidade do plano de desinvestimentos, atraindo outros agentes para as etapas de gás, refino e distribuição. No downstream, o sistema de preços dos combustíveis deve manter a paridade internacional, com adoção de um imposto flexível para suavizar as flutuações do câmbio e do petróleo. Os biocombustíveis têm papel relevante neste mercado, principalmente com o etanol e o biodiesel.

O Renovabio é uma oportunidade de equilibrar a oferta e atender ao compromisso ratificado no Acordo de Paris. Na etapa de consumo, é necessário criar o Vale Gás, fornecendo desconto exclusivo sobre o preço do GLP para os milhões de famílias já cadastradas na tarifa social de energia elétrica, interrompendo a atual política de subsídio que beneficia todos os consumidores.

O setor de gás natural também necessita de maior competição. É preciso criar políticas de desverticalização com a venda de Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGNs), dutos de escoamento, transporte e da participação da Petrobrás em distribuidoras estaduais de gás natural. Isso vai incentivar a concorrência e beneficiar o consumidor.

Mesmo com a dificuldade de tramitar projetos de lei, pode-se agir por meio de medidas infralegais e regulatórias com a ANP. Será importante incentivar a expansão da rede de transporte e conduzir a negociação do contrato de gás com a Bolívia, que termina em 2019. E, também, criar novos mercados, como o uso de GNL em caminhões. Diversificação com redução de impactos ambientais é tema do setor elétrico, que precisa ampliar a participação de fontes renováveis e integrar os órgãos ambientais para aprimorar o processo de licenciamento.

As características continentais do Brasil exigem a adoção de políticas que potencializem as vantagens de cada região e incentivem a geração distribuída. O setor precisa de reformas para ampliar a concorrência e reduzir a concentração, com revisão dos subsídios e tributos que oneram a conta de luz.

Para isso, é preciso fortalecer o mercado livre, permitindo que o cliente escolha seu fornecedor, aprimorar o modelo regulatório e, com isso, reduzir tarifas. Algumas medidas precisam estar no radar do governo: 1) privatização da

Eletrobrás; 2) negociação do contrato de Itaipu, que expira em 2023; 3) solução do Generation Scaling Factor (GSF); 4) reequilíbrio do Mecanismo de Realocação de energia (MRE), diante da expansão de fontes intermitentes; 5) redução dos prazos de liquidação financeira; 6) reduzir a volatilidade do preço (PLD); e 7) incentivos regulatórios à inovação tecnológica.

Os desafios não são poucos, mas desde já estão postos para o novo governo. Sem reformas para reestruturar todas as etapas das cadeias de petróleo, gás natural, biocombustíveis e energia elétrica, erros do passado serão repetidos e a agenda do atraso continuará a prevalecer em relação à da vanguarda.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/10/2018

Seção: Política

Autor: Morris Kachani ESPECIAL PARA O ESTADO

Título: 'A Amazônia com certeza corre risco'

Marina Silva afirma que vê com 'preocupação' propostas do governo Bolsonaro para área do meio ambiente

Candidata derrotada à Presidência e ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede) afirma que a "Amazônia com certeza corre risco" no governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL). Em entrevista ao Estado, Marina diz que vê com "preocupação" as propostas defendidas pelo novo governo em relação ao meio ambiente. Abaixo, leia os principais trechos da entrevista.

Como a senhora enxerga os militares integrando o governo?

Estamos vivendo um momento totalmente atípico de saudosismo. É a época do autoritarismo e, infelizmente, isso foi propagado durante a campanha. A Constituição brasileira deve ser respeitada, seja por militares ou civis. O estado democrático de direito deve ser respeitado. A Constituição é o mapa do caminho que devemos seguir.

Como a senhora avalia o resultado da eleição?

Numa democracia, as propostas são apresentadas, as candidaturas são postas e a sociedade faz a sua escolha. Eu sou uma democrata e respeito a decisão soberana do povo brasileiro. O povo elege representantes, mas não dá a eles o direito de substituí-lo. O poder continua na mão do povo e por ele só deve ser exercido, isso é parte da nossa Constituição. Já estamos começando com muitos

retrocessos. A população foi por um caminho que eu discordo. Sou oposição desde já.

O novo governo chegou a pensar na fusão dos ministérios da Agricultura e Meio Ambiente. Depois desistiu da ideia.

Toda hora eles falam uma coisa diferente. Durante a campanha, ainda no segundo turno, eles deram sinais de que iam rever a posição e recentemente o futuro chefe da Casa Civil (Onyx Lorenzoni) disse que estava confirmado. De ontem pra hoje, começou uma série de ponderações de que ainda não está batido o martelo, mas há uma recusa geral da população e mesmo o setor do agronegócio está dividido. O presidente eleito deveria seguir o exemplo de outros presidentes (que voltaram atrás de pontos polêmicos na questão ambiental). O presidente podia seguir o exemplo histórico e voltar atrás mesmo.

O que há de errado com a ideia de fundir os ministérios?

Primeiramente, será um grande prejuízo para a proteção do meio ambiente, porque o Ministério do Meio Ambiente lida com questões para além da agricultura. Trabalha com infraestrutura de energia, de mineração, de desmatamento, aterro sanitário, construção. É um mundo a agenda do ministério. Outro problema é a insegurança jurídica que será criada. Você vai desestruturar um sistema na cabeça, mas como vai ficar o corpo? Pode desencadear um efeito cascata se os governos estaduais quiserem mudar a legislação estadual, subordinando as secretarias do meio ambiente às secretarias da agricultura.

Bolsonaro disse que “o que a gente defende é não criar dificuldade para o nosso progresso”. Durante a campanha, afirmou em diversas ocasiões que poria fim à “indústria de multas” e à “fiscalização xiita” imposta aos produtores rurais por autoridades ambientais, como Ibama e ICMBio.

Isso tudo vai prejudicar o agronegócio. Existe uma parcela considerável do setor, que tem avançado muito na proposta de aumentar a produtividade sem desmatamento. Conseguiram, assim, se posicionar com credibilidade nos mercados externos. Não são desses que mantêm uma mentalidade completamente atrasada de aumentar a produção por expansão agrícola nas florestas.

A senhora está esperançosa com este novo governo?

(Risos) Você já começa com uma agenda que vai comprometer o trabalho de décadas de gerações de ambientalistas, de sucessivos governos, ameaçando a demarcação das terras dos índios, ameaçando os quilombolas e as populações tradicionais. Como ter esperança em um governo como esse? Como ter

esperança em quem diz que vai acabar com tudo que foi conquistado ao longo de décadas nesse país, inclusive durante os governos da ditadura?

Em que curva o Brasil está hoje no meio ambiente? Como está o status do meio ambiente?

Nós estamos em uma situação preocupante, o desmatamento voltou a crescer no governo Dilma e isso tem a ver com a mudança no código florestal brasileiro. Tivemos um aumento de invasão de terra pública, onde está a maior parte desses desmatamentos. Porque as sucessivas medidas que foram tomadas para regularizar essas áreas que foram ocupadas, tanto no governo Dilma quanto no governo Lula, e agora no governo Temer, dão um sinal errado, de que, se as pessoas invadirem aquilo que não é delas, terão a regularização da área como prêmio. As grandes operações de fiscalização que eram feitas em parceria com o Ibama e a Polícia Federal praticamente acabaram.

A Amazônica corre risco?

A Amazônia com certeza corre risco. O Brasil é uma potência ambiental, faz parte dos 17 países megadiversos do mundo, ocupando uma posição altamente privilegiada – é o número 1 entre os 17. E o governo diz que vai acabar com a proteção ao meio ambiente e com o instituto de proteção da biodiversidade. Essa nossa preocupação vai ter uma repercussão altamente negativa para o agronegócio.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/10/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Plano vai trazer tributação seletiva

A proposta sobre tributação apresentada pelo Ipea também prevê a criação de um imposto seletivo, incidente sobre setores como combustíveis, gás, bebida e cigarro. No caso de energia, a proposta não vê necessidade de cobrança do imposto seletivo. Pelas simulações do Ipea, a implantação dessa reforma não traz nenhum risco de perda de arrecadação.

No futuro, o ganho de eficiência ainda abre espaço para uma redução da alíquota do IVA. Além de Lozardo, Sachsida e Ywata, também participaram da formulação da proposta os pesquisadores Melina Rocha Lukic e Carlos Wagner de Albuquerque Oliveira.

A.F e I. T

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 20/10/2018****Seção: Economia****Autor: Renée Pereira****Título: Brasil é campeão em número de estatais entre economias mais desenvolvidas**

Peso do setor público. País tem 418 empresas controladas direta ou indiretamente por União, Estados ou municípios, de acordo com levantamento da FGV; quantidade supera a dos 36 países da OCDE, clube do qual o Brasil quer ser integrante

Mesmo depois de uma onda de privatização nas décadas de 80 e 90, o Brasil é o país que tem o maior número de estatais entre as 36 nações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No total, são 418 empresas controladas direta ou indiretamente por União, Estados e municípios. Dessas, 138 são federais e poderão ser alvo de privatização no governo de Jair Bolsonaro (PSL).

Juntas, essas companhias empregam mais de 800 mil pessoas, sendo cerca de 500 mil do governo federal. Nesse quesito, o Brasil também é campeão entre os países da OCDE seguido de perto pela França, mostra levantamento do Observatório das Estatais, da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Os dados da OCDE – clube que reúne os países mais desenvolvidos e do qual o Brasil quer ser integrante – não consideram China e Índia e incluem apenas as empresas do governo central, já que a estrutura dos países não tem estatais estaduais e municipais. “Apesar dos movimentos de desestatização dos anos 90, as empresas estatais ainda estão bem presentes na vida econômica do País”, afirma o economista Márcio Holland, da FGV.

Nesse grupo, estão algumas das maiores empresas brasileiras, como petrobrás, Eletrobrás, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Algumas dessas companhias controladas pelo Estado foram alvo, nos últimos anos, de abuso do poder controlador e de elevado nível de influência políticopartidária, além de estarem envolvidas em recorrentes escândalos de desvio de finalidade e de corrupção, lembra Holland.

Para melhorar a gestão e reduzir a ingerência política nessas empresas, foi criada em 2016 a chamada Lei das Estatais, com regras específicas para nomeação de diretores, membros do conselho e um rígido programa de regras de conduta.

Planos.

A privatização é sempre um caminho apontado pelos especialistas para reduzir o tamanho do Estado, modernizar alguns serviços e acabar com as interferências políticas.

O presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) já afirmou que pretende fazer uma série de privatizações, mas desde que não envolvam empresas estratégicas. A declaração trouxe uma série de dúvidas sobre o que isso significa e que companhias poderiam ser transferidas para a iniciativa privada. No ano passado, a União gastou R\$ 9,3 bilhões a mais com empresas estatais do que arrecadou, segundo relatório divulgado na semana passada pelo Tesouro Nacional.

O governo federal recebeu R\$ 5,5 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio das estatais federais no ano passado, mas desembolsou R\$ 14,8 bilhões em gastos com pessoal, investimento ou manutenção dessas empresas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/10/2018

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: No Brasil, venda de estatais vira saída para fechar contas

Em vez de focar discussão no caráter estratégico dos ativos, governo geralmente associa privatizações à necessidade de reduzir dívidas

Durante as eleições e, agora, com o início de um novo governo, as privatizações voltaram com força às pautas política e econômica do País. O economista Márcio Holland, da FGV, lembra, no entanto, que a agenda de privatizações sempre esteve associada com crises fiscais e financeiras do Estado. “Ou seja, o poder executivo propõe a venda de seus ativos para contribuir com a melhoria do perfil e redução da dívida pública”, afirma.

“Essa não é uma boa justificativa para a opinião pública”, diz o professor do Insper, Sérgio Lazzarini. Ele destaca que, em pesquisa feita com 1,2 mil pessoas em meados deste ano sobre privatização, 17,3% disseram ser favoráveis ao processo. Mas quando revelado que o dinheiro arrecadado seria usado para reduzir dívida, esse percentual caiu para 14,9%.

O contrário ocorreu quando o argumento para a privatização foi melhorar a qualidade dos serviços e evitar preços excessivos. Nesse caso, 27,6% aprovaram a venda. Na avaliação dele, a venda de ativos – especialmente aqueles dependentes da União – deve seguir um rito de análise de gastos e da produtividade de cada companhia.

Segundo relatório do Tesouro Nacional, 18 estatais, que empregam 73,5 mil funcionários, são dependentes de recursos do governo. Em 10 delas, a necessidade de recursos da União está acima de 90%. No total, a subvenção do Tesouro em 2017 para essas empresas foi de R\$ 14,6 bilhões. Segundo especialistas, não há uma solução única para todas as empresas estatais.

Algumas seriam cobiçadas pela iniciativa privada, como é o caso de Banco do Brasil, Caixa, petrobrás e Eletrobrás. Mas há também uma série de companhias dependentes da União, que não geram receita suficiente para bancar a operação nem têm função social, com interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional, afirma Holland.

“Não faz sentido, por exemplo, privatizar a Conab, que faz política pública de distribuição e escoamento da safra”, diz ele. Por outro lado, completa o economista, há um leque enorme de empresas que poderiam ser vendidas e que não têm mais motivo para ficar sob o controle estatal.

Os Correios e a Infraero estão entre elas. Para a economista e advogada Elena Landau, conhecida por ter coordenado o programa de privatizações do governo FHC nos anos 1990, há pouca coisa que não pode ser privatizada no País. Ela critica o discurso do governo de deixar de fora empresas estratégicas. “Não existe o que é ou não estratégico.

Isso embute uma questão ideológica”, diz ela, que decretaria o fim de empresas como Telebrás, Valec e Casa da Moeda se estivesse no comando. Mas ela alerta: liquidar empresas também exige cuidado e custa dinheiro. “É preciso de uma lei específica para lidar com questões decorrentes dessa decisão, como a situação dos empregados. Como fica isso se eles não podem ser demitidos?”

MME / ASCOM .